



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Victor Nobre Villacorta

**ECONOMIA DO CRIME FLUMINENSE:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-DITADURA (1985-2019)**

Rio de Janeiro

2022

Victor Nobre Villacorta

**ECONOMIA DO CRIME FLUMINENSE:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-DITADURA (1985-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como exigência para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Professora Ms^a Leonarda
Musumeci

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

V712e Villacorta, Victor Nobre
ECONOMIA DO CRIME FLUMINENSE: Uma análise do
período pós-ditadura (1985-2019) / Victor Nobre
Villacorta. -- Rio de Janeiro, 2022.
46 f.

Orientadora: Leonarda Musumeci.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

1. Economia do crime. 2. Segurança pública. 3.
Criminalidade. 4. Violência. 5. Rio de Janeiro. I.
Musumeci, Leonarda, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

VICTOR NOBRE VILLACORTA

ECONOMIA DO CRIME FLUMINENSE: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-
DITADURA (1985-2019)

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito para a obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2022.

LEONARDA MUSUMECI - Presidente

Professora Ma. do Instituto de Economia da UFRJ

ANGELA GANEM

Professora Dra. Colaboradora do Instituto de Economia da UFRJ

JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

Para Ruy Alexandre e Minha avó Adelaide, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Neste período de quase seis anos de graduação, há inúmeras pessoas a quem devo agradecimentos. Portanto, caso esqueça de alguém, peço desculpas de antemão. Em primeiro lugar, agradeço a minha família, em especial, a minha mãe Lourdes e minha avó Adelaide, no qual sem elas, possivelmente não teria me tornado a pessoa que sou hoje e talvez não tivesse traçado o caminho de pensar em cursar um ensino superior. Agradeço também ao meu pai de consideração, Ruy Alexandre, que apesar de não estar mais entre nós, foi fundamental no meu processo de amadurecimento e desenvolvimento pessoal, tendo grande importância na minha escolha em cursar Ciências Econômicas.

Ainda que eu esteja finalizando o curso de Economia, considero importante enfatizar onde minha trajetória acadêmica se iniciou. Neste sentido, devo gratidão ao curso de Economia da UFF Campos, em especial a professora Vanuza Pereira Ney e ao ProPET Economia, principais fomentadores no meu interesse pela pesquisa, e onde pude fazer amizades que carrego até hoje, como o camarada Ledson Gomes, que hoje está fazendo doutorado no Instituto de Economia.

Além disso, agradeço por todo aprendizado adquirido durante minha estadia no Instituto de Economia. Em primeiro lugar, direciono meus agradecimentos ao professor João Saboia, que me proporcionou retomar o desejo pela pesquisa e despertar meu interesse sobre uma área tão rica e de grandes dificuldades no Brasil que é o mercado de trabalho. Não menos importante, agradeço à minha orientadora Leonarda Musumeci, por ser solícita às minhas dúvidas e questionamentos, além de disponível para me auxiliar no desenvolvimento desta monografia.

Para além dos motivos já citados, enfatizo também que sem as amizades que construí ao longo desse processo, o período teria se tornado muito mais dificultoso e, de certa forma, com maiores riscos de desistência. Diante disso, deixo um agradecimento especial ao Evandro Morais, Igor Stramandinoli, Luis Henrique Muniz, Lucas Gaudeoso, Gustavo Oliveira, Sávio Oliveira, Igor Soares e Breno Pinto. As horas de estudo na biblioteca do CFCH e as conversas descontraídas foram fundamentais para uma melhor fluidez ao longo dessa trajetória.

RESUMO

Quando se pensa em políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro, um dos assuntos que vem quase sempre à tona são os elevados índices de criminalidade e violência. A expansão da cadeia produtiva de atividades ilícitas, o fortalecimento de arranjos organizacionais do crime e a corrupção institucional influenciam fortemente na determinação desses índices. Por outro lado, sucessivas políticas de segurança formuladas nas últimas décadas pouco colaboraram em obter soluções custo-efetivas para a contenção deste problema. Nesse contexto, este trabalho se propõe a descrever, com base em dados e na literatura especializada, a evolução da economia do crime e das políticas de segurança no estado desde o final da ditadura civil-militar, para tentar compreender como se chegou à presente situação e que desafios existem hoje para uma possível reversão do grave cenário de violência que caracteriza o Rio de Janeiro. O recorte temporal foi escolhido por considerar-se que a entrada da cocaína no mercado de drogas em meados dos anos 1980 e a inspiração das políticas no modelo norteamericano de “guerra às drogas” são marcos importantes para traçar o caminho que nos trouxe até a situação atual.

Palavras-chave: Economia do crime; Segurança pública; Criminalidade; Violência; Rio de Janeiro

ABSTRACT

When thinking about public policies in the State of Rio de Janeiro, one of the issues that almost always comes up is the high rates of crime and violence. The expansion of the production chain of illicit activities, the strengthening of organizational arrangements for crime and institutional corruption strongly influence the determination of these indices. On the other hand, successive security policies formulated in the last decades have contributed little to obtain cost-effective solutions to the problem. In this context, this monograph aims to describe, based on data and specialized literature, the evolution of the economy of crime and security policies in the state since the end of the civil-military dictatorship, in order to try to understand how the current situation was reached and what challenges exist today for a possible reversal of the serious scenario of violence that characterizes Rio de Janeiro. The time frame was chosen because it is considered that the entry of cocaine into the drug market in the mid-1980s and the inspiration of policies in the North American model of the “war on drugs” are important milestones to trace the path that brought us to the present situation.

Keywords: Crime economy; Public security; Crime; Violence; Rio de Janeiro

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de homicídio por 100 mil habitantes (1980- 2000)

Gráfico 2 - Evolução do mercado de trabalho formal no ERJ (em milhões de pessoas)

Gráfico 3 - Mortes por intervenção de Agente do estado no ERJ (em 100 mil habitantes)

Gráfico 4 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes (2001-2018)

Gráfico 5 - Homicídio doloso e Morte por Intervenção de agente do Estado (em 100 mil habitantes)

Gráfico 6 - Gasto em segurança pública no ERJ de 2000 a 2020 (em bilhões de reais)

Gráfico 7 - Despesa pública em segurança liquidada por tipo de gasto no ERJ entre 2004-2020 (em %)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estado do Rio de Janeiro: participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico – 1985-1999

Tabela 2 - Organograma da estrutura do tráfico de drogas (2000)

Tabela 3 - Bairros com áreas sob controle de grupos criminosos armados na cidade do Rio de Janeiro e população correspondente - 2019 (em valores absolutos)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura organizacional e do Fluxo das Drogas em uma boca de fumo

Figura 2 - Distribuição de grupos criminosos armados no Estado do Rio de Janeiro em 2019

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADA - Amigos dos Amigos

AISPs - Áreas Integradas de Segurança Pública

ALERJ - Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

CIEP - Centro Integrado de Educação Pública

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

DGPC - Departamento Geral de Polícia da Capital

ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública

ERJ - Estado do Rio de Janeiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCA - Índice de Preços do Consumidor Amplo

ISP - Instituto de Segurança Pública

MCMV - Minha Casa Minha Vida

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - PANORAMA HISTÓRICO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ERJ	11
1.1 A violência e as políticas de segurança fluminense nas décadas de 1980 e 1990	12
1.2 Século XXI	16
1.3 O papel do gasto público na segurança.....	24
CAPÍTULO 2 – AS ESTRUTURAS DO CRIME	27
2.1 O tráfico e suas facções	27
2.2 Milícias	32
2.3 Conflitos, acordos e o papel da corrupção	35
CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

Introdução

Quando se discutem os problemas socioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), a questão dos altos níveis de criminalidade quase sempre aparece em primeiro plano – seja como consequência da desigualdade e da deterioração das instituições de segurança, seja como entrave ao desenvolvimento econômico e social em certas áreas. Durante um bom tempo, o Estado do Rio figurou no topo do *ranking* nacional de homicídios e é hoje visto como “exportador”, para outros estados e até para outros países, de organizações e modelos de criminalidade que se moldaram aqui.

O objetivo desta monografia foi conhecer melhor como funciona a economia do crime no Rio de Janeiro, abordando a questão de dois pontos de vista complementares: primeiro, a evolução dos índices de criminalidade e a sucessão de governos e políticas de segurança que desde meados dos anos 1980 prometem solucionar o problema, mas não alcançam resultados sustentáveis no tempo; segundo, como se estruturaram e evoluíram até os dias de hoje dois dos principais tipos de organizações criminosas que atuam no espaço fluminense: o tráfico de drogas e as milícias.

Para atingir esse objetivo, recorreu-se à literatura especializada sobre o assunto produzida nos últimos anos e ao levantamento de dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ) e de outros órgãos, como IBGE, Firjan, SICONFI, IPEA, Fogo Cruzado e Disque Denúncia.

A monografia se divide em dois capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro, traça-se um panorama histórico das políticas adotadas pelos governos do Estado do Rio, desde o final da ditadura militar, em nome da contenção da criminalidade violenta, buscando-se situá-las no contexto econômico brasileiro e fluminense de cada período.

São apresentados os pressupostos dessas políticas, seus resultados ao longo do tempo e sua baixa eficiência em face dos gastos sempre crescentes com a função segurança pública.

No segundo capítulo, descrevem-se, com base na literatura disponível, os modos de organização e operação do tráfico de substâncias ilícitas (especialmente o tráfico varejista de base territorial) e das milícias, destacando tanto as diferenças entre os dois “modelos de negócios” quanto a tendência recente à formação de alianças de

cooperação entre eles. É mencionado ainda o tema da corrupção nas instituições de segurança fluminense, que sustenta, em última instância, essa estrutura criminal.

As conclusões propõem uma reflexão sobre a ausência de mudanças estruturais na área da segurança pública desde o período da ditadura militar e o alto custo imposto à sociedade fluminense, em particular aos segmentos mais pobres da população, pela persistência de políticas tradicionais baseadas primordialmente no confronto armado, em lugar de ações de prevenção, investigação e inteligência capazes de enfraquecer efetivamente as organizações criminosas que operam no estado.

Capítulo 1 - Panorama histórico da segurança pública no ERJ

O processo de redemocratização do Brasil no período após a ditadura civil-militar acarretou mudanças significativas em diferentes áreas. Com a Constituição de 1988, novos processos decisórios e rearranjos estruturais foram realizados no país. Como principais marcos destaca-se a criação do Sistema Único de Saúde, garantindo acesso à saúde para todos os cidadãos; o direito à educação, de forma à expandir o acesso à educação pública, e a liberdade de expressão, promovendo o fim da censura sobre as manifestações culturais e os meios de comunicação.

Na área da segurança pública, contudo, as mudanças foram muito restritas. Embora o artigo 144 da Constituição defina a segurança como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, apenas as instituições policiais federais e estaduais ficaram como responsáveis pela nova gestão dessa área, ao passo que outros órgãos governamentais, municípios e a própria comunidade foram deixados de lado (Freire, 2009, p. 104).

As polícias, que haviam sido treinadas a partir de ideários de repressão ao comunismo e a outros “inimigos do governo”, não foram modernizadas, continuando militarizadas e mantendo boa parte das práticas anteriores, como violência, tortura e corrupção. A autonomia dada aos estados para gerirem suas políticas de segurança criou, além disso, uma série de dificuldades de implementação de diretrizes eficientes de longo prazo (*idem*, p. 104). O resultado geral, portanto, foi de pouquíssimas mudanças na gestão da segurança pública e de enfraquecimento dos recursos institucionais para lidar com o aumento da criminalidade.

O caso do Rio de Janeiro ilustra especialmente bem as consequências dessa falta de democratização e modernização da segurança. Diferentes governos propuseram distintas soluções para a contenção da violência, mas, na medida em que estas eram colocadas em prática, novos problemas surgiam, especialmente a dificuldade de conciliar políticas de segurança com respeito aos direitos básicos garantidos pela Constituição.

1.1 A violência e as políticas de segurança fluminense nas décadas de 1980 e 1990

Nos anos 1980, o Brasil vivenciava a chamada “década perdida”. O período, caracterizado por instabilidade macroeconômica, problemas de balanço de pagamentos, redução de crescimento e alta inflação (Bielschowsky e Mussi, 2013, p. 137), levou o país a uma grave crise econômica e política.

No cenário internacional, promoviam-se diferentes políticas neoliberais. Com foco na estabilização monetária e nas leis de mercado, medidas como austeridade fiscal, privatização de empresas estatais, liberalização do comércio e mudanças nas prioridades de gasto público entravam em vigor, de maneira a frear a crise mundial dos países desenvolvidos (Bandeira, 2002, p. 135).

Tais medidas resultaram no desmonte do denominado Estado de Bem-Estar Social, configurando um processo de desindustrialização e descontinuidade de políticas de distribuição de renda, ampliando as desigualdades de renda e pobreza tanto na economia global quanto, especialmente, na economia brasileira (Kerstenetzky, 2012, p.460).

O Estado do Rio de Janeiro também sofreu impactos dessas políticas, como a perda do potencial industrial – eixo dinâmico para expansão do PIB estadual –, e a queda na geração de empregos formais, traduzida em crescimento da informalidade (Santos, 2002, p.32). Em paralelo à crise econômica, e em parte influenciada por ela, ocorre uma forte deterioração da segurança pública fluminense.

Segundo Ramos (2016,p.4), até a década de 1980, as taxas de homicídio do estado mantinham-se próximas às da média brasileira, mas, a partir de 1983, passaram a crescer de forma acelerada, atingindo a marca de 15,9 mortes por 100 mil habitantes e superando a média nacional (13,6). Para frear o aumento dos homicídios, Leonel Brizola (1983-87) – primeiro governador eleito após o fim da ditadura – implementou uma série de novas estratégias para a segurança no ERJ.

As estratégias baseavam-se em diretrizes contrárias ao modelo anterior de “desentocar bandidos das favelas” e “limpar a cidade subindo os morros” (Ramos, 2016, p.8). Para tanto, foi nomeado um comandante da Polícia Militar não oriundo das Forças Armadas e investiu-se em políticas sociais consideradas eficazes para reduzir a criminalidade, como o programa de Educação Integral (CIEP) e o Programa de Habitação Cada Família um Lote (Soares e Santo-Sé, 2000, p. 8). Os CIEPS pretendiam democratizar o acesso ao ensino formal para toda a população pobre, oferecendo condições adequadas

para que crianças e jovens passassem maior tempo em espaços de aprendizagem e, conseqüentemente, longe do crime. O Programa de Habitação Cada Família um Lote, por sua vez, definia a concessão de lotes e o financiamento para construção de casas para famílias de baixa renda (*idem*, 2000, p. 8)

Ainda que as medidas instauradas fossem promissoras a longo prazo, a taxa de homicídios continuava a crescer, alcançando 30 por 100 mil habitantes em 1986. Nesse contexto, os debates sobre segurança e direitos humanos voltaram a adquirir protagonismo, dirigindo-se sobretudo à situação de violência e das mortes nos segmentos mais pobres da população, moradores de favelas e periferias do estado. Em razão disso, a necessidade de refundação do modelo institucional da segurança, para torná-lo compatível com o Estado democrático de Direito, era um dos eixos desse debate (*idem*, 2000, p.2).

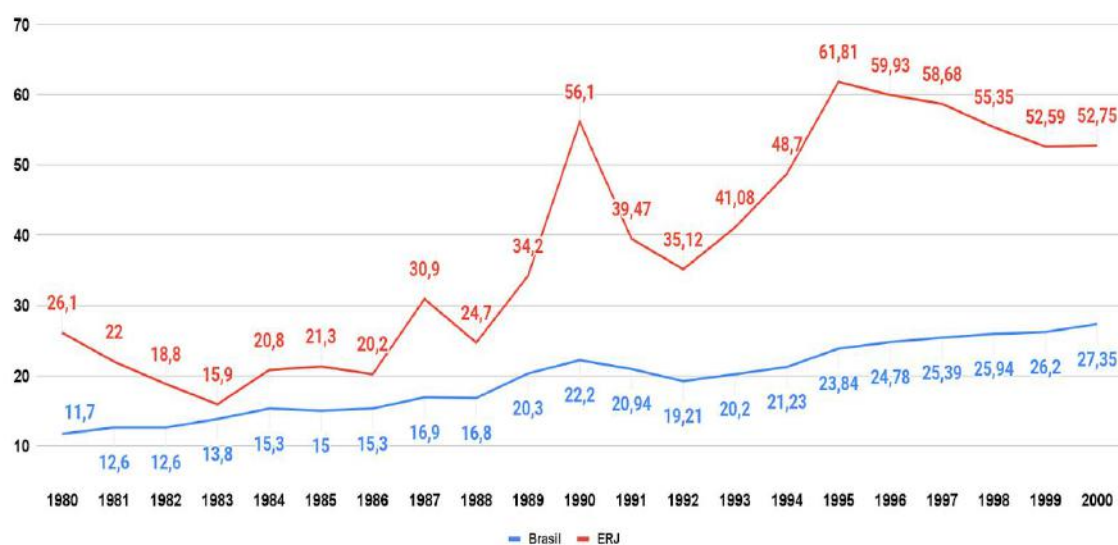
Na mesma década, ocorria a entrada da cocaína na economia fluminense, o que aumentou significativamente a lucratividade do tráfico, acirrou os conflitos territoriais entre facções criminosas na tentativa de monopolização do comércio ilegal e aumentou o número de incursões policiais nesses territórios (Leeds, 2006, p.239). Como forma de garantir a hegemonia do controle do tráfico local e lidar com as incursões policiais, as facções sofisticaram suas técnicas e intensificaram seu armamento. Alguns grupos de traficantes localizados próximos de aeroportos ou zonas portuárias especializaram-se na venda de armas a traficantes de outras favelas, aumentando o poderio bélico dessas organizações (*idem*, 2006, p. 239).

Em tais circunstâncias, a contenção da violência e da expansão do crime organizado torna-se cada vez mais difícil e o discurso progressista pela redução da violência com defesa dos direitos humanos perde força no debate. Grupos políticos, geralmente ligados às polícias, exploram o medo da população para demandar mais repressão contra facções de traficantes de drogas, identificando a política brizolista como “defensora de bandidos” (Soares e Sento-Se, 2000, p. 12).

O novo governador do estado, Wellington Moreira Franco, toma posse em 1987 com um plano de “caça” e extermínio de criminosos como solução para reduzir a violência e frear a expansão do tráfico de drogas, desbaratando as gangues de traficantes que dominavam as favelas. É nesse período que se consolida no Rio de Janeiro o slogan “bandido bom é bandido morto” (Ramos, 2016, p.27; Soares e Sento-sé, 2000, p. 19).

A política de Moreira Franco, contudo, não só resultou no fortalecimento do tráfico de drogas, como fez com que a taxa de homicídios batesse recorde, chegando a 56 mortes por 100 mil habitantes em 1990, e, após dois anos de queda, voltasse a subir aceleradamente (ver Gráfico 1). Durante vários anos, o Rio de Janeiro se manteve entre os primeiros colocados no *ranking* nacional da violência (Waiselfisz, 2012, p. 184).

Gráfico 1 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes (1980 - 2000)



Fonte: SIM/DATASUS-MS, *apud* Waiselfisz (2012).

Após o governo Moreira Franco, segue-se uma segunda gestão de Brizola (1991-1994) e de seu sucessor Nilo Batista (1994-1995), em que se retorna às diretrizes de política do primeiro mandato, isto é, à valorização das camadas mais pobres e ao respeito aos direitos humanos. Um episódio traumático, no entanto, abalou a autoridade política do governo e contribuiu para enfraquecer novamente o apoio a essas diretrizes (Coimbra, 2001, p.1).

Conhecido como Operação Rio, o episódio consistiu na ocupação, pelas Forças Armadas e por policiais militares e civis estaduais, de áreas consideradas “perigosas”, especialmente favelas, com a justificativa de que o governo não estava enfrentando adequadamente a violência e o narcotráfico no estado (Ramos, 2016, p.16). Além de não reduzir o crime, a operação se destacou por um grande número de arbitrariedades e desrespeito à população pobre, ampliando ainda mais o estigma e a criminalização das favelas (*idem*, 2016, p.16).

Outros dois eventos, as chacinas da Candelária e de Vigário Geral, exibiram a forte resistência dentro das instituições de segurança à implantação de políticas progressistas, e desestruturaram a gestão e as diretrizes do governo Brizola/Batista, cujo mandato se concluiu, em 1994, com uma taxa de homicídios de 49 por 100 mil habitantes (Ventura, 1994, p. 67)

No ano seguinte, assume o cargo Marcello Alencar, que nomeia como secretário de segurança um general do Exército e retoma as orientações do governo Moreira Franco, com políticas baseadas na repressão do crime na chamada “guerra às drogas”.

Nesse período, a conjuntura econômica brasileira vivia as consequências positivas do Plano Real, com queda da inflação e crescimento gradual das atividades econômicas. O Estado do Rio, na segunda metade dos anos 1990, também começa a sentir melhoras no seu quadro econômico, graças, sobretudo, ao dinamismo do interior, com o reaquecimento da indústria de petróleo e gás na região do Norte Fluminense (Neto e Rocha, 2014, p.15)

Tabela 1 – Estado do Rio de Janeiro: participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico – 1985-1999 (em %)

Atividades	1985	1990	1994	1997	1999
Agropecuária	1,2	1,0	0,9	0,8	0,8
Indústria	43,3	35,5	36,6	36,5	42,0
Serviços	55,5	63,5	62,5	62,7	57,5

Fonte: IBGE, *apud* Santos (2002).

A criminalidade, no entanto, continuava se expandindo no estado. O primeiro ano da gestão de Alencar teve o maior índice de homicídios da história fluminense (61,8 por 100 mil habitantes no estado e 74 no município da capital) e, embora essa taxa tenha diminuído nos anos seguintes, manteve-se em patamares muito elevados até o final do governo.

Com a suposição de que o extermínio de “bandidos” faria cair a criminalidade violenta, criou-se nesse governo a chamada “gratificação faroeste”, uma premiação em dinheiro para policiais que matassem criminosos em operações nas favelas. Desde então, a letalidade policial passou a ser um dos principais problemas de segurança do Rio, atingindo muito mais os moradores de favelas do que do asfalto, vitimizando

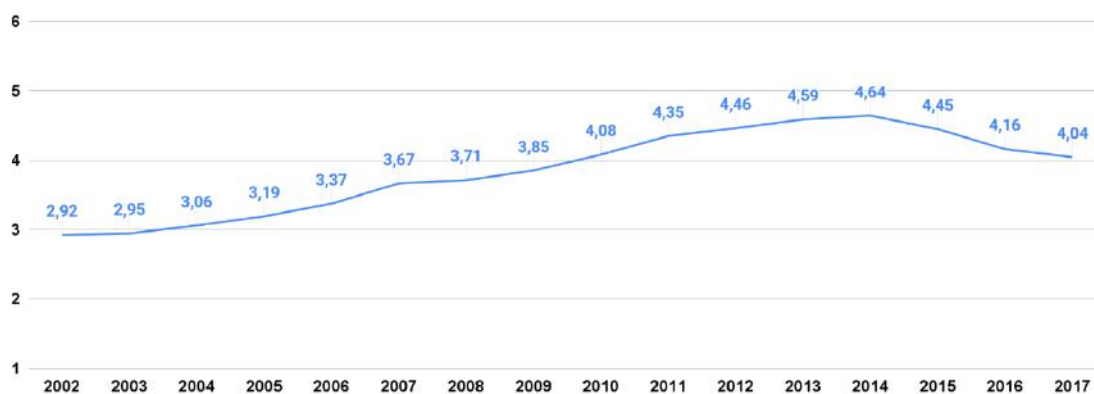
proporcionalmente mais negros do que brancos e visando muito mais os bairros pobres do que ricos da cidade (Musumeci, 2002, p.8).

1.2 Século XXI

No início dos anos 2000, o Brasil viveu um período de relativo crescimento econômico. Pautado pelo consumo de massa, através de políticas de redistribuição de renda, houve uma redução das desigualdades, com o índice de Gini¹ apresentando uma queda de 7,5%, (de 0,563 em 2002 a 0,521 em 2008) e com uma diminuição da proporção das famílias que viviam na pobreza, de 34,4% em 2002 para 22,6% em 2008 (Bielschowsky e Souza, 2010, p. 130).

O mercado de trabalho, por sua vez, teve intenso crescimento dos empregos formais e uma das menores taxas de desemprego da história brasileira. O Estado do Rio seguiu caminho similar, com aumento da taxa de emprego formal de aproximadamente 60% entre 2002 e 2014, apresentando queda a partir da crise econômica de 2015/2016.

Gráfico 2 - Evolução do mercado de trabalho formal no ERJ – 2002-2017 (em milhões de pessoas)



Fonte: IPEADATA

No campo da gestão pública, em 1999, Anthony Garotinho assume o governo do estado, retomando políticas de segurança de cunho progressista, mas desta vez com ênfase, também, na modernização institucional das polícias. Para tanto, através da recém-criada Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, foram formulados diversos programas inovadores na área de segurança, como a Delegacia Legal, as Áreas Integradas de

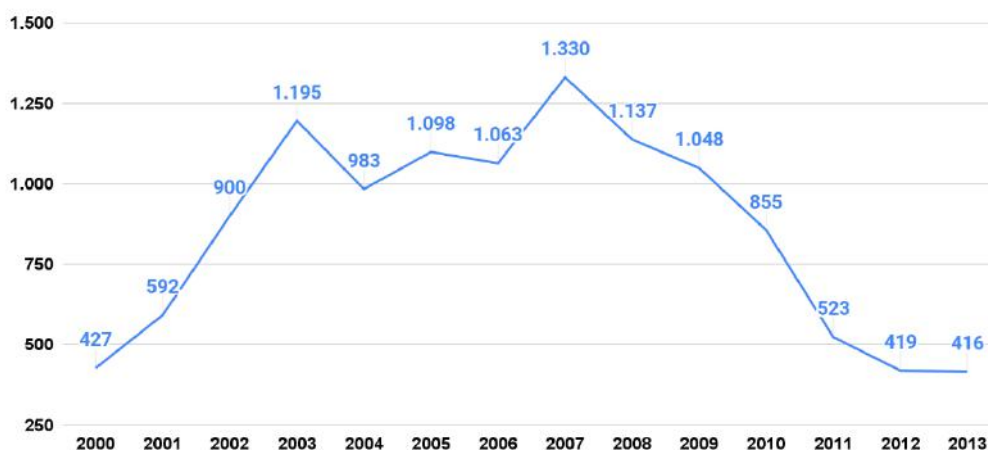
¹ O índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda em um determinado grupo, varia de zero a um, sendo zero indicativo de igualdade total e um, de concentração de toda a riqueza nas mãos de um ou poucos indivíduos.

Segurança Pública (AISPs), os programas de policiamento de áreas especiais (Gepat, Gepe e Geat), assim como a criação do Instituto de Segurança Pública (ISP), responsável pela coleta e divulgação dos dados criminais produzidos pelas delegacias (Soares e Sento-Sé, 2000, p.26).

Tais programas continuaram operando formalmente nos governos seguintes, isto é, nos governos de Benedita da Silva (2002-2003) e Rosinha Garotinho (2003-2007), mas ocorreu uma brusca mudança de orientação ainda na gestão Anthony Garotinho, com a demissão do subsecretário Luiz Eduardo Soares e a retirada de toda sua equipe do governo em março de 2000. O motivo foi atender à demanda de setores das polícias que rejeitavam as mudanças realizadas e repeliam o controle externo sobre as instituições de segurança.

Nesse governo, as taxas de homicídios mostraram uma leve tendência de queda, mas se mantiveram em patamares elevados. As mortes por intervenção de agentes do Estado, depois de uma redução significativa em 1999, voltaram a crescer aceleradamente nos anos seguintes, até 2008 (Gráfico 3), quando se inicia o projeto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) na cidade do Rio.²

Gráfico 3 - Mortes por intervenção de agente do estado no ERJ – 2000-2013 (em números absolutos)



Fonte: ISP-RJ.

² A alta letalidade policial no Rio de Janeiro decorre, em grande parte, das chamadas “operações” ou incursões da polícia em favelas para “combater” o tráfico de drogas local, cumprir mandados de prisão ou para vingar o assassinato de policiais. As vítimas são em sua maioria jovens do sexo masculino e pretos ou pardos (Musumeci, 2020, p.8).

O governo de Rosinha Garotinho manteve a política bélica dos anteriores, aprofundou os desmandos da polícia e tornou explícita a corrupção institucional (Ramos, 2016, p. 18). Da mesma forma, a gestão seguinte, de Sérgio Cabral Filho (2007- 2014), iniciou-se com as velhas “declarações enfáticas de guerra às facções criminosas”, através do combate violento aos traficantes que controlavam o comércio de drogas (Palermo, 2014, p.117).³ Mas, ao mesmo tempo, visando à segurança para o turismo e os grandes eventos na cidade do Rio, o governo planejou a expansão de um modelo de ocupação de favelas pautado no “policiamento de proximidade”, que acabou sendo batizado de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) (Fleury, 2012, p. 199; Burgos et al., 2011, p.53).

A partir da experiência-piloto no morro de Santa Marta, localizado em Botafogo, as UPPs se propunham a reconfigurar o modelo de ação policial, substituindo a invasão periódica das favelas pela ocupação permanente das mesmas, com a intenção de retomar o controle do território, de maneira a evitar confrontos armados e ganhar a confiança dos moradores das comunidades (Cano, 2012, p.4).

Diferentemente das incursões tradicionais, o contingente policial estava composto por agentes recém-formados, inspirados pela doutrina da polícia comunitária ou de proximidade. O número de policiais para as diferentes Unidades de Polícia Pacificadora seguia diferentes critérios, sendo o principal deles a população residente de cada uma das comunidades contempladas pelo programa.

À medida que as UPPs se expandiam e eram instituídas metas de redução da violência no estado, verificava-se uma queda notável das mortes violentas, especialmente daquelas decorrentes de intervenção policial. Os roubos nas áreas ocupadas pela polícia e nos seus entornos também experimentaram uma diminuição de mais de 50% nos meses posteriores à implementação do programa. Em contrapartida, registros de outros crimes, com destaque para lesões dolosas, furtos, ameaças e crimes relativos a drogas, sofreram um aumento considerável no período, o que pode estar relacionado ao

³ É importante mencionar que, embora as políticas de segurança repressivas tenham sempre visado com muito mais ênfase o “combate” ao tráfico varejista de drogas, outra fonte de violência, crime e corrupção no estado são as chamadas milícias, que se expandem nos anos 2000 e são compostas sobretudo por agentes e ex-agentes do Estado (Cano e Duarte, 2012, p.28; Alves, 2008, p.34), como se analisará no próximo capítulo.

aumento efetivo desses crimes, ou a uma maior notificação devido à presença constante da polícia (*idem*, 2012, p.32).

Outro indicador que cresceu muito nos territórios com UPPs foi o de pessoas desaparecidas. Embora não haja pesquisas conclusivas que indiquem se isso se deve também ao aumento das notificações ou se reflete, em alguma medida, o mascaramento de homicídios, como ocorreu em 2013 com o auxiliar de pedreiro Amarildo Dias de Souza, assinado por policiais da UPP da Rocinha e registrado como “desaparecido” (Musumeci, 2020, p.4).

O sufocamento parcial do tráfico em certas regiões gerou migração para outras áreas e outras atividades criminosas, como o assalto a mão armada, roubos a estabelecimentos comerciais e a meios de transporte e roubos de carga (Rodrigues, 2014, s.d.). Pode-se dizer que as UPPS redefiniram a geopolítica do crime no Rio, ao ocupar quase exclusivamente espaços dominados pela maior facção do varejo do tráfico de drogas carioca, o Comando Vermelho. Vendo-se enfraquecido, este último abriu novas frentes de expansão em outras localidades da cidade e do estado, especialmente quando a “pacificação” atingiu seus últimos territórios nos bairros mais próximos ao “centro” da capital (*idem*, 2014, s.d.).

Até 2013, a taxa de homicídios fluminense permaneceu em queda, ficando abaixo da brasileira (29,1 contra 28,3 em 2012). Com a previsão da Copa do Mundo, a ser realizada em 2014, mais 25 UPPs foram criadas, atingindo um total de 38 territórios, 37 dos quais na cidade do Rio de Janeiro e apenas um na Baixada Fluminense.

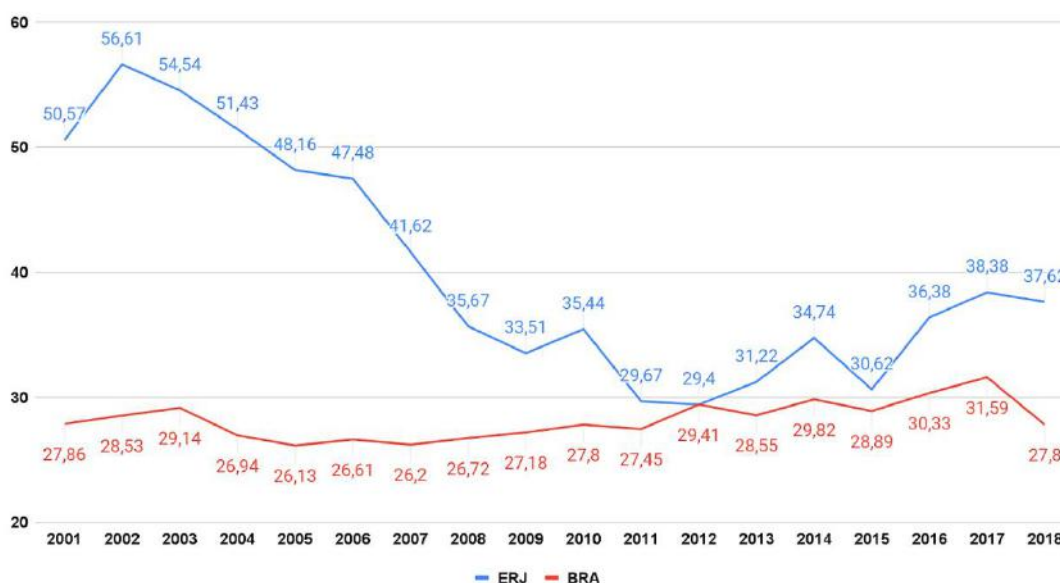
É importante sublinhar que a redução dos homicídios e de outros crimes no período 2008-2013 não se deve apenas às UPPs. Como aponta Ramos (2016, p.27), teriam também colaborado para esse processo o estabelecimento de um sistema de gestão por metas, a criação da Divisão de Homicídios e a redução da tradicional interferência política em áreas técnicas de segurança. Embora faltem trabalhos que correlacionem criminalidade a indicadores macroeconômicos, o cenário favorável de aumento de renda e redução do desemprego pode igualmente ter influenciado a melhoria da segurança nesse período.

Contudo, enquanto política pública, orçada em mais de 1 bilhão de reais (Jornal do Brasil, 2017), o programa das UPPs não se mostrou sustentável em função de diversos

problemas no seu desenho e na sua implantação, tais como a falta de investimento na formação específica dos agentes e na aplicação das práticas de proximidade; ausência de interlocução com lideranças e instituições locais; baixa institucionalidade do projeto e predominância de atividades convencionais de policiamento ostensivo (Musumeci, 2017, p.7)

Por essas e outras razões, as taxas de homicídios em geral e de mortes provocadas pela polícia em particular voltaram a crescer no estado a partir de 2013 (Ver Gráfico 4). O fracasso da política das UPPs fica evidente e o cenário de segurança pública se agrava ainda mais com a crise econômica de 2015-2016, quando cai o PIB estadual e a redução dos investimentos públicos, sobretudo nos setores de petróleo e gás e de infraestrutura social e urbana, provoca o aumento do desemprego.

Gráfico 4 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes (2001- 2018)



Fonte: Atlas da Violência.

Em 2014, Sérgio Cabral renuncia ao governo do estado para concorrer a uma vaga no Senado e assume o vice-governador Luiz Fernando Pezão, que, em meio à grave crise fiscal (Pinto, 2019, p. 338), vê aumentarem os índices de letalidade violenta. As mortes por intervenção de agentes do Estado dispararam, crescendo 93% entre 2014 e 2017 e continuam a aumentar de forma acelerada até 2019. Crimes como roubos em geral também cresceram consideravelmente (+45%), com destaque para roubos de carga, que tiveram uma taxa de crescimento de aproximadamente 80%.

De fevereiro a dezembro de 2018, ocorreu a intervenção federal no Rio de Janeiro. Orçada em R\$1,2 bilhão de reais, a intervenção objetivava “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro”, passando, o interventor a exercer “o controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança pública”, isto é, as polícias civil e militar, o sistema prisional e o Corpo de Bombeiros Militar (Atlas da Violência, 2019, p.6).

Mas, embora a presença das Forças Armadas tenha sido justificada para melhorar o funcionamento do aparato de segurança do estado, foram elas que receberam a maior parte dos recursos financeiros destinados à intervenção (96,3 milhões de reais, contra 24,2 milhões dos órgãos estaduais de segurança pública) (Ramos et al, 2019, p. 14).⁴

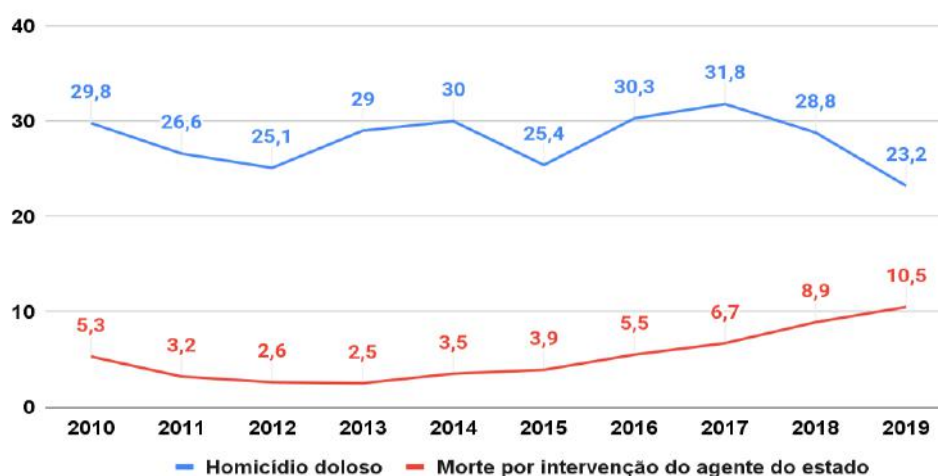
Quanto aos resultados da intervenção, ainda que tenha havido queda em alguns indicadores de criminalidade, como roubos de carga (-17,2%) e homicídios dolosos (-8,2%), na comparação com o ano anterior, mortes por intervenção de agentes do Estado aumentaram 33,6% em relação a 2017 (*idem*, 2019, p. 7), e não foram feitos investimentos significativos no combate aos grupos de milícias ou à corrupção policial, como inicialmente apregoado. Tampouco se priorizou a modernização da gestão e da atuação das polícias, no sentido de aumentar sua capacidade técnica de investigação e resolução de casos. Em suma, foram mantidos os problemas estruturais já existentes e, com as numerosas incursões mistas de policiais e militares em favelas, aprofundou-se ainda mais a violência do Estado contra a população pobre (*idem*, 2019, p. 34).

No mesmo ano da intervenção, são eleitos Jair Bolsonaro à presidência da República e o ex-juiz Wilson Witzel ao governo do Estado do Rio, ambos incentivadores da violência policial como suposta solução para os problemas de segurança. Uma das medidas anunciadas por Witzel foi o “abate” de criminosos portadores de fuzis em favelas (Gonçalves, 2019, s.d.; Magalhães e Altino, 2018, s.d.), com policiais *snipers* atirando de helicópteros sobre os moradores. Nas palavras do governador, em entrevista à Folha de São Paulo: “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro” (Pennafort, 2018, s.d)

⁴ Entre os órgãos de segurança estaduais, a Polícia Militar foi contemplada com R\$ 16,8 milhões; a Polícia Civil, com 2,9; o Sistema Penitenciário, com 3,9 e o Corpo de Bombeiros, com 0,6 milhões.

As taxas de homicídio que já haviam caído em 2018, mantiveram-se em baixa em 2019 e 2020, sendo o ano de 2020 já afetado pelo impacto da pandemia do coronavírus. Em compensação, as mortes por intervenção do Estado seguiram caminho inverso, alcançando em 2019 a maior taxa de toda a série histórica iniciada em 1993: 10,5 em cada 100 mil habitantes (ver Gráfico 5), o que corresponde a um total de 1.814 pessoas oficialmente “abatidas” por agentes estatais.

**Gráfico 5 - Homicídios dolosos e mortes por intervenção de agentes do Estado
(em 100 mil habitantes)⁵**



Fonte: ISP-RJ

A crise causada pela Covid-19 foi sem precedentes na história, gerando efeitos deletérios tanto na economia como no mercado de trabalho, elevando a taxa nacional de desemprego para 14,6% no terceiro trimestre de 2020 e reduzindo o PIB em 4% no mesmo ano (Saboia et al, 2021). Na economia fluminense, houve retração semelhante do PIB (3,8%) (FIRJAN, 2020, p.1), mas com a taxa de desocupação sendo superior à nacional, alcançando 19,6% no quarto trimestre de 2020, um crescimento de 5,8 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre do ano anterior⁶.

Por outro lado, devido em grande parte ao isolamento social imposto pela pandemia, praticamente todos os indicadores de criminalidade tiveram queda em 2020, com

⁵ Os dados deste gráfico e do anterior apresentam divergências porque derivam de fontes diversas: os do Gráfico 4 são do Ministério da Saúde/Datasus e o Gráfico 5, de registros policiais.

⁶ Dados da PNAD/IBGE. Disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4099#resultado>.

destaque para os roubos de automóveis e para os crimes violentos letais intencionais⁷, que caíram 8% e 7%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Apesar disso, as operações policiais em favelas aumentaram, levando o Supremo Tribunal Federal (STF) a proibi-las durante o período da pandemia, salvo em casos excepcionais (G1, 2020, s.d). A decisão teve efeito imediato, gerando uma expressiva queda das mortes provocadas pela polícia.

“...em junho de 2020, mês em que a liminar foi deferida, houve 34 mortes desse tipo no Rio de Janeiro contra 153 no mesmo mês em 2019. Somado o período de junho a setembro de 2020, o estado atingiu 191 mortes, enquanto que no mesmo intervalo em 2019 totalizou 675, uma redução de 71,8%” (Rede de Observatórios da Segurança, 2022).

Em frontal desobediência àquela decisão, as operações policiais voltaram a aumentar no terceiro trimestre de 2020 e as mortes cresceram novamente em 2021, incluindo a ocorrência de duas grandes chacinas policiais: a da favela do Jacarezinho, no município do Rio de Janeiro, e a do Salgueiro, em São Gonçalo. No total, segundo dados da plataforma Fogo Cruzado, houve 61 chacinas na Região Metropolitana do Rio em 2021, sendo 44 provocados por policiais, com um total de 195 pessoas mortas (Fogo Cruzado, 2022, s.d.).

Ao mesmo tempo, escândalos de corrupção levaram à prisão de dois governadores do estado (Cabral e Pezão) e afastaram do cargo o terceiro (Wilson Witzel), retirado por *impeachment* e substituído pelo seu vice, Cláudio Castro. Este manteve as diretrizes da gestão anterior, privilegiando as incursões policiais violentas como método supostamente eficaz de redução da violência criminal. Recentemente, anunciou um investimento de 500 milhões de reais em um novo programa intitulado “Cidade Integrada”, dirigido a seis favelas do Rio, numa aparente retomada do projeto das UPPs. Entretanto, devido à baixa transparência, pouco se sabe ainda o que esperar desse programa (Pierre e Coelho, 2022, s.d.).

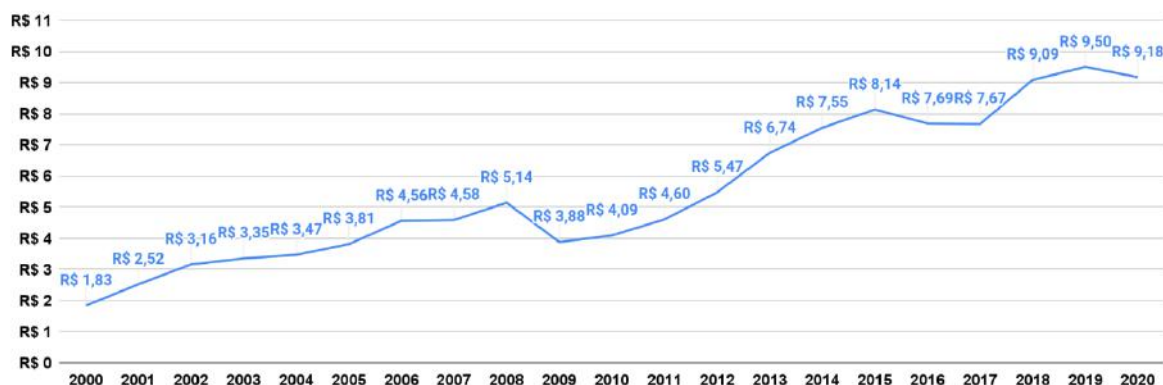
⁷ Homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio.

1.3 O papel do gasto público na segurança

A partir do panorama mostrado acima, vale ressaltar que muito poucas ações ao longo de todo o período foram de fato custo-efetivas e sustentáveis no tempo: governos se alternaram no poder, a dotação orçamentária não deixou de aumentar ano a ano, mas pouco ou nada se avançou no caminho de políticas eficazes para reduzir o crime e a violência. É importante, então, que se examine brevemente a evolução do gasto público na área de segurança e o modo como ele tem sido aplicado.

Em 2000, a despesa com segurança pública correspondia a R\$1,8 bilhão. Vinte anos depois, totalizava quase dez vezes mais: R\$10,2 bilhões. A maior expansão ocorreu no governo Sérgio Cabral (2007-2014), que começou seu governo com R\$4,5 bilhões e terminou com 7,5 bilhões de reais, uma variação de 64,9%.

**Gráfico 6 - Gasto em segurança pública no ERJ de 2000 a 2020
(em bilhões de reais)**

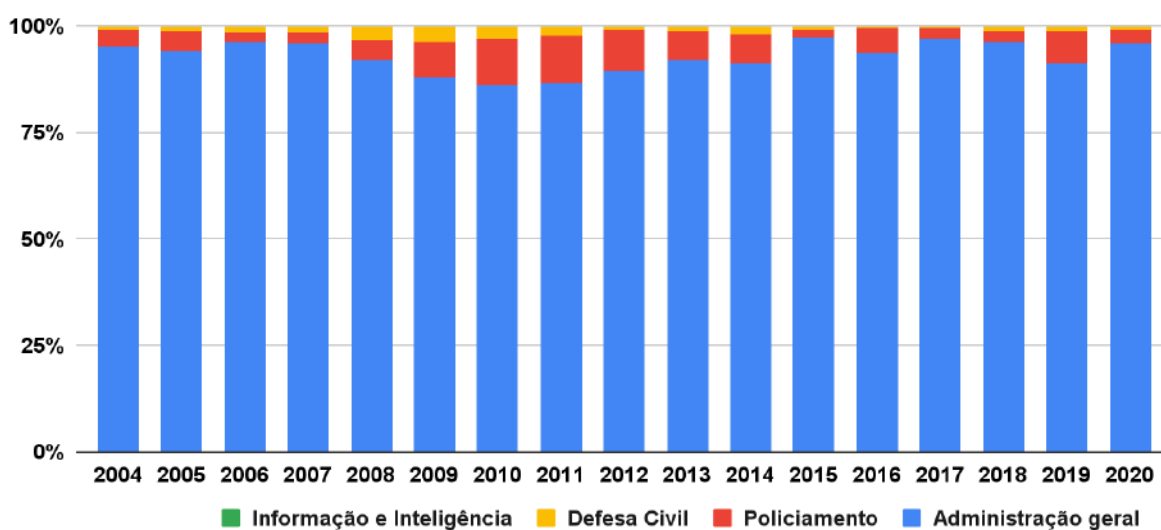


Fonte: SICONFI. Valores reais corrigidos pelo IPCA de 2020.

A partir de 2004 os dados orçamentários da segurança pública passaram a ser disponibilizados de forma desagregada, nas diferentes subfunções. Nota-se (Gráfico 7) que a esmagadora maioria é destinada à Administração Geral, que inclui, entre outros gastos, assistência hospitalar, material de expediente, academias de polícias e, no caso do Rio de Janeiro, toda a despesa com pessoal e encargos sociais. Segue-se a subfunção Policiamento, que engloba custos definidos como tendo a “finalidade de prover segurança individual e coletiva, segurança dos bens e preservação da ordem”. As rubricas Defesa Civil e Informação e Inteligência, por sua vez, têm baixíssima participação relativa, abrangendo a primeira gastos com o “conjunto de ações de

prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos sobre a população e a promover o retorno à normalidade social, econômica ou ambiental”, e a segunda, que não chega a 0,01 % do total anual, contempla as ações visando “à obtenção de informações que auxiliem no combate à criminalidade”.

Gráfico 7 – Despesa pública em segurança liquidada por tipo de gasto no ERJ entre 2004-2020 (em %)



Fonte: SICONFI.

Essa estrutura dos gastos reflete bem a ênfase das políticas de segurança adotadas nas últimas décadas pelos governos do estado, que ignoraram a necessidade de modernização técnica com investimento na capacidade de investigação, planejamento, análise de dados e perícia científica, além de monitoramento e avaliação dos resultados obtidos.

O baixo controle democrático sobre essa área, que é uma das mais resistentes a qualquer tipo de transparência e avaliação externa, bloqueia a possibilidade de implantação de políticas de segurança modernas e inovadoras, perpetuando o recurso a ações ineficientes tanto nos resultados de contenção da violência quanto no direcionamento do gasto público, que há décadas drena verbas que poderiam ser destinados a outras políticas públicas, como as políticas educacionais (Ciconello, 2020, p.4).

Assim, os problemas estruturais da segurança pública permanecem intocados. A falta de controle sobre o aparato policial, o envolvimento de agentes do Estado com a violência e a corrupção, e o crescimento e fortalecimento das milícias alimentam arranjos organizacionais do crime cada vez mais complexos, sofisticados e difíceis de desarticular (Soares, 2010, p.92; Cano e Duarte, 2012, p. 107)

Como complemento à visão apresentada neste capítulo, que privilegiou as conjunturas socioeconômicas e as políticas de segurança pública adotadas pelos governos fluminenses após o fim da ditadura militar, o próximo capítulo examinará o *modus operandi* de duas das principais organizações criminosas baseadas em domínio territorial atuantes no estado: o tráfico de drogas e as milícias.

Capítulo 2 – As estruturas do crime

2.1 O tráfico e suas facções

Até a década de 1970, o mercado varejista de drogas ilegais no Rio de Janeiro era composto principalmente pela venda da maconha. Com distribuição fracamente organizada, o tráfico era difuso e pouco sofisticado (Souza, 2001, p.1). O crescimento da demanda por drogas e a chegada da cocaína ao Brasil, transformou o modelo de negócios anterior, centrando-se desde então no estabelecimento do domínio territorial armado em favelas. A geografia e sobretudo a baixa presença de instituições e serviços públicos em favelas e bairros pobres e periféricos favoreceram a territorialização da venda das drogas nessas localidades (Silva *et al.* 2008, p. 16; Misse, 1999, p.33).

Disputas internas pelo controle dos pontos estratégicos de venda tornaram-se frequentes e o lucro proveniente da cocaína financiou a compra de um número cada vez maior de armas, o que fez escalar a violência no mercado de substâncias ilícitas e estigmatizou ainda mais os espaços da pobreza (Leeds, 2006, p. 239).

Por sua vez, a opção predominante das políticas de segurança pelo confronto, como se viu no capítulo anterior, só fortaleceu esse ciclo de violência, com os traficantes armando-se não apenas para garantir o domínio contra facções rivais, mas também para defender-se das incursões das polícias, estando estas, quase sempre, liberadas para matar (Misse, 1999, p. 308)

As principais organizações criminosas no Rio de Janeiro surgiram dentro do sistema penitenciário durante a ditadura militar. (Leeds, 2006, p. 237; Misse, 2011, p. 18). Mais especificamente, a Falange Vermelha, posteriormente intitulada Comando Vermelho, foi a precursora desse processo. Com a disputa pelo monopólio da venda de cocaína, houve o rompimento de alianças e o surgimento de outras facções, como o Terceiro Comando e os Amigos dos Amigos (ADA)

Semelhante à estrutura empresarial de mercados formais, o mercado de drogas se organiza com plano de carreira, possibilidades de ascensão e remuneração por desempenho e produtividade nas atividades realizadas (Picanço e Lopes, 2016, p.105; Napolião et al, 2020, p.28; Cruz Neto et al., 2001, p.136). No topo dessa cadeia estão os *atacadistas* e *matutos*, também chamados de fornecedores. Responsáveis pela importação e pelo transporte da droga para o coração das favelas controladas pelo

tráfico, tais agentes colocam-se como *players* indispensáveis na estrutura hierárquica e no funcionamento do sistema (Downey, 2003, p.40).

Em seguida, está o *dono*, autoridade máxima de cada “boca”, responsável pela interlocução e compra das drogas com os atacadistas e matutos. É também quem distribui e administra a droga nos diferentes pontos de venda e quem decide como reinvestir os lucros (Picanço e Lopes, 2016, p.105). Dada a frequente ocorrência de conflitos no cotidiano do trabalho, o *dono* está sempre cercado de seguranças fortemente armados.

Abaixo do *dono*, o manejo é de responsabilidade dos *gerentes gerais*, que distribuem a droga pelos pontos locais. Nestes, atuam *gerentes da droga*, cada qual administrando um tipo de substância e *subgerentes*, que controlam drogas de diferentes faixas de preços (Cruz Neto *et. al.*, 2001, p.139; Napolião *et al.*, 2020, p. 29)

Na base da pirâmide estão os cargos que geram menor valor, mas são essenciais para o funcionamento do negócio por atuarem na ponta do varejo, em contato direto com o consumidor final: os chamados *vapores* e *olheiros* ou *fogueteiros*, que constituem cargos fundamentais para operacionalização do negócio. O vapor é o responsável pela venda direta ao consumidor final e o olheiro ou fogueteiro tem como objetivo vigiar os arredores dos pontos de venda e alertar para incursões de traficantes rivais ou da polícia (Napolião *et al.*, 2020, p. 29).

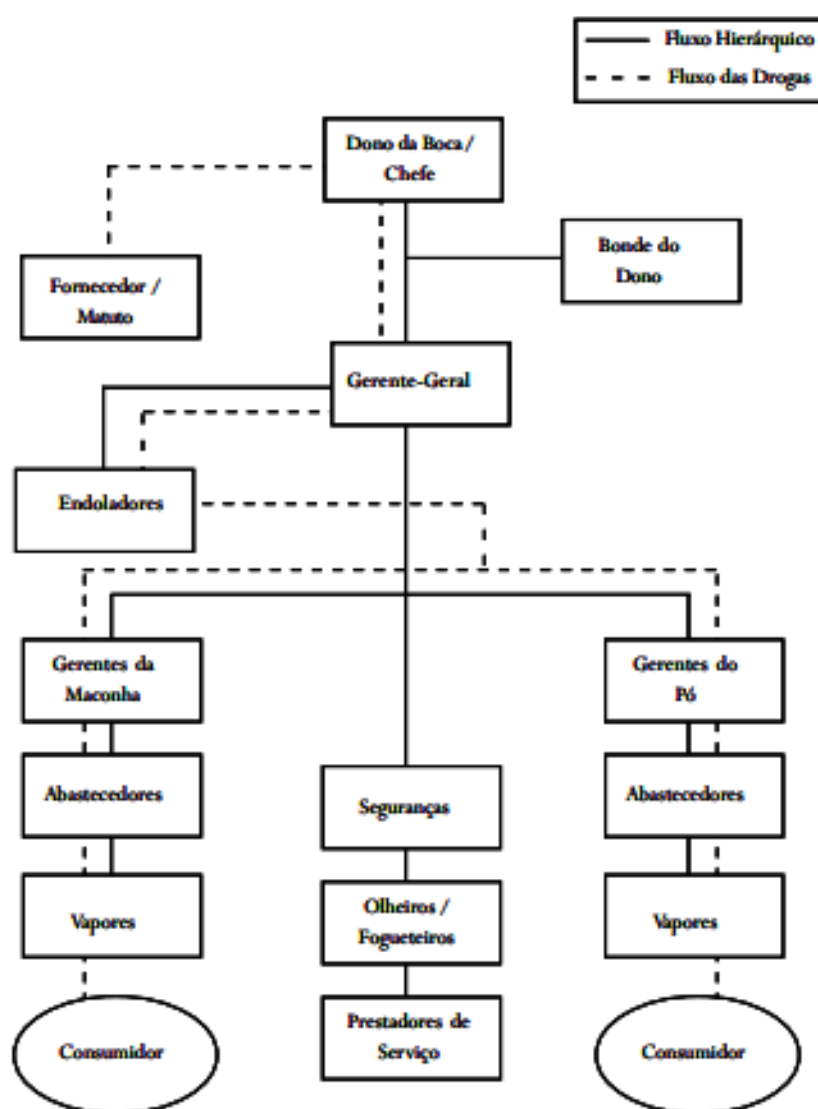
Em toda a hierarquia, esses são os agentes mais sujeitos a externalidades negativas no cotidiano, sobretudo, a chance de serem presos ou mortos. Eles representam a maioria dos integrantes do tráfico e são a porta de entrada no mundo do crime para adolescentes e jovens pobres, moradores de favelas e periferias, de baixa escolaridade e com poucas chances de inserção no mercado de trabalho. Na pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) em 2019, 59% dos cargos ocupados por adolescentes internados no sistema socioeducativo fluminense (Degase) sob acusação de tráfico de drogas eram de vapores ou olheiros (*idem*, 2020, p. 29).

A ascensão na hierarquia depende da confiança do *dono*, adquirida por produtividade, lealdade e/ou rede de contatos. O próprio ingresso no sistema é mediado por relações pessoais, sendo amigos e conhecidos os principais intermediadores (*idem*, 2020, p. 27).

A figura e a tabela abaixo mostram em detalhes o arranjo organizacional do tráfico em favelas e periferias do Rio de Janeiro. Apesar do senso comum que identifica o trabalho

no tráfico como “vida fácil”, as jornadas, os riscos e as remunerações são extremamente heterogêneos. Em algumas funções relatadas pelos jovens internos no Degase, os ganhos mensais podiam chegar a mais de cinco salários mínimos, mas a maior parte rendia até no máximo três salários, por jornadas de 12 horas de trabalho ou por plantões de 24 x 24 horas. Vale ressaltar que não existe salário fixo, só ganho por produtividade, logo o rendimento efetivo é imprevisível e oscilante (Napolião *et al.*,2020, p. 30; Downey, 2003, p.45).

Figura 1 - Estrutura organizacional e do fluxo das drogas em uma “boca de fumo”



Fonte: ENSP/FIOCRUZ. *apud* Cruz Neto et al (2001)

Tabela 2 – Organograma do tráfico de drogas (2000)

Cargos	Função	Pré-requisitos	Riscos	Ganhos
Prestador de Serviço	Não têm vínculo fixo com o tráfico. Fazem os chamados "mandados" ou "bicos" que vão desde a compra de refeições para os integrantes da boca até a entrega de drogas em outras localidades	Ser da comunidade e, no caso de transporte de drogas, não levantar suspeitas de policiais	Ser descoberto e preso Sofrer torturas ou mesmo ser executado em caso de perda da carga	Variam de acordo com o serviço
Olheiro/ Fogueteiro	Avisar por meio de rádio transmissores ou fogos de artifício, a chegada da polícia ou de grupos rivais	Preferência por crianças e adolescentes, por possuírem mais agilidade e destreza	Vulnerabilidade à prisão, torturas por policiais ou grupos rivais, para entregarem companheiros e o local onde a droga está escondida	R\$ 100 a R\$ 200 por semana
Segurança/ Soldado	Fazem a segurança armada do ponto de venda	Ter coragem e destreza para trocar tiros com a polícia e contar com a confiança do chefe e dos gerentes	Pode ser punido em caso de perda de arma. Grande chance de ser morto ou ferido em confrontos armados.	R\$ 150 a 300 por semana
Bonde do dono	Grupo fortemente armado que faz a segurança particular do dono	Ter a confiança do dono e já ter demonstrado coragem e destreza no uso de armas	Grande chance de ser morto ou ferido nos constantes confrontos armados em que se envolvem	Sem relatos
Vapor	Encarregado de vender a droga	Demonstrar competência e confiança na execução da tarefa de olheiro/fogueteiro	Possibilidade de prisão por policiais disfarçados de consumidores. Qualquer "derrame" pode ser pago com a própria vida"	Ganhos entre R\$ 50 e R\$100 por carga vendida
Endolador	Prepara a droga para o consumo, embalando-as em recipientes próprios e misturando-as a outras substâncias para obtenção de maior rendimento	Pessoas que sejam confiáveis.	Não relatado	Entre R\$ 100 e R\$ 350 por endolação

Abastecedores	É o encarregado de abastecer os vapores com a droga já embalada para a venda	Geralmente é o subgerente que escolhe seus abastecedores.	O desaparecimento de alguma parcela da droga pode lhe custar a vida	Em média, R\$ 30 por cada carga transportada.
Gerente da Maconha e do Pó	Administram a endolação e a venda da mercadoria pela qual são Responsáveis	Ter exercido com sucesso a função de vapor ou já ter algum vínculo de amizade e confiança com o chefe-da-boca	Qualquer desvio pode ser punido com perda do cargo, castigo físico ou mesmo com a morte	Entre R\$ 400 e R\$ 1.000 por semana.
Gerente Geral	Administra todo o processo da venda.	Confiança total do chefe do movimento	Está mais exposto a embates com a polícia e facções rivais	Entre R\$ 2000 e R\$ 3000 por semana.
Dono	Comanda toda estrutura da "boca".	Não relatado	Propenso a assédio de policiais corruptos assim como alvo de outros interessados em tomar pontos de venda sob seu controle	Não mencionado

Fonte: ENSP/FIOCRUZ. apud Cruz Neto *et al* (2001).

É importante destacar que não existe tráfico de drogas exclusivamente nas favelas, mas também no *asfalto*, embora com uma estrutura de mercado distinta. Tendo maior autonomia, mobilidade e diversificação das fontes para o fornecimento de drogas, o tráfico do asfalto não se estrutura hierarquicamente nem depende do controle de pontos de venda fixos, logo é baixíssima a probabilidade de conflito armado com facções rivais ou de enfrentamento de incursões policiais. Entre os agentes desse tráfico incluem-se não só indivíduos e grupos que atuam no varejo, mas também grandes e médios atacadistas que fornecem drogas às “bocas” situadas nas favelas (Grillo, 2008, p.134).

Diferentemente do tráfico de drogas territorializado, o tráfico do *asfalto* tem como principais articuladores jovens de classe média e funciona de forma pulverizada, com a compra e venda das drogas ocorrendo em diferentes lugares e por diferentes meios, desde espaços digitais como internet e telefone até espaços físicos como academias de ginástica, universidades e residências particulares. Isso quase sempre dispensa a necessidade de defesa armada, envolve menos risco de esses jovens serem presos ou mortos e implica um estigma social muito menor que o dos jovens pobres que vendem drogas em favelas (*idem*, p. 134).

Nota-se, assim, que as atividades relacionadas à venda de substâncias ilícitas funcionam em dois padrões: um territorializado e outro sem necessidade de um substrato espacial específico (Silva *et al.*, 2008, p. 16). O primeiro modelo é predominante no varejo de drogas em áreas pobres, ao passo que o segundo abrange tanto o atacado quanto segmentos do varejo que operam, geralmente, nas áreas mais ricas e sofrem muito menos os efeitos da política de “guerra às drogas” aplicada às favelas e periferias.

2.2 Milícias

As chamadas milícias são uma terceira forma de organização que se mostra cada vez mais forte, disseminada e influente na economia política do crime fluminense. Surgidas no final da década de 1970 e consolidando-se nos anos 2000, tais organizações se estruturam a partir de áreas de influência, e têm, entre seus principais integrantes, agentes do Estado na ativa ou aposentados: policiais civis e militares, guardas municipais, bombeiros e agentes penitenciários (Silva *et al.*, 2008, p. 16; Alves, 2008, p.33).

Diferentemente do tráfico de drogas, a estrutura dos mercados sob domínio de milícias é muito mais diversificada, incluindo atividades como cobranças de taxas por serviços clandestinos de segurança privada, venda ilegal de gás e TV a cabo (“gatonet”), controle do transporte alternativo, loteamento de terrenos, construção e corretagem de imóveis irregulares. A lucratividade é alta e a expansão territorial desses grupos acelerou-se nos últimos anos.

Ainda que não existam trabalhos que tragam uma quantificação precisa dos lucros das milícias, o Departamento Geral de Polícia da Capital (DGPC), estima que, em apenas uma localidade da Zona Oeste do Rio, os ganhos cheguem a 25 milhões de reais ao mês ou 300 milhões por ano (Satriano, 2018, s.d.). Em seu livro “*A República das Milícias*”, Manso (2019) reporta uma entrevista realizada com um ex-miliciano, que compara os rendimentos dos dois modelos de negócios:

Na comunidade que comandava, moravam cerca de 18 mil famílias. “Vamos supor”, ele disse, “que sejam cobrados dez reais por família de taxa de segurança, como fazem as milícias. Seriam 180 mil reais por mês.” Ele disse que estabelecimentos comerciais pagavam mais, “as lojinhas, os bares, os cabeleireiros. Lá na favela, por baixo, são duzentos [empreendimentos]. A cinquenta reais por mês, mais 10 mil reais. E ainda dá pra lucrar com a venda de gás, água, gatonet, energia elétrica, transporte, terreno onde há espaço para vender [...]” (Manso, 2019, p.69).

“O traficante paga 8 mil reais o quilo do crack no atacado para ganhar 3 mil por quilo no varejo. No caso de um pó bom, ele custa de 14 mil a 15 mil reais, pra ganhar 6 mil

de lucro no varejo. Pra ganhar 60 mil de lucro, tem que vender pelo menos dez quilos.” Na estrutura de duas centenas de funcionários que ele comandava, ele afirmou ter faturado cerca de 400 mil a 500 mil reais por mês, com um lucro bruto de 150 mil a 200 mil reais. Essa receita, contudo, era usada para controlar as externalidades do comércio, que geravam despesas enormes (*idem*).

A expansão dos territórios sob controle das milícias fica evidente no número de denúncias realizadas: em 2006, foram 256; cinco anos depois chegavam a 5.729 e, em 2009, alcançavam 13.000 casos notificados, com maior incidência nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Belford Roxo (Cano e Duarte, 2012, p.26).

Em junho de 2008, por iniciativa do então deputado estadual Marcelo Freixo, foi instalada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cujos desdobramentos levaram à prisão de centenas de milicianos. Ainda que essa ação tenha tomado proporções significativas, as milícias continuaram a se expandir e fortalecer no estado, em face da ausência de instrumentos eficazes para lidar com o problema (Manso, 2019, p.59), visto que boa parte dos integrantes desses grupos criminosos são agentes de segurança pública na ativa ou aposentados.

A quantidade de territórios conquistados por milícias na cidade do Rio se aproxima atualmente daquela controlada pelo tráfico. Levantamento realizado por um conjunto de instituições apontou que, em 2019, dos 168 bairros existentes na cidade do Rio de Janeiro, 96 (57%) continham áreas dominadas por grupos criminosos, sendo 41 controlados por milícias e 55 por facções diversas do tráfico de drogas. Em termos de população, 3,7 milhões de pessoas viveriam em bairros com localidades controladas por grupos criminosos, estando 58% dessa população sob domínio de milícias e 42% do tráfico de drogas (Tabela 3)

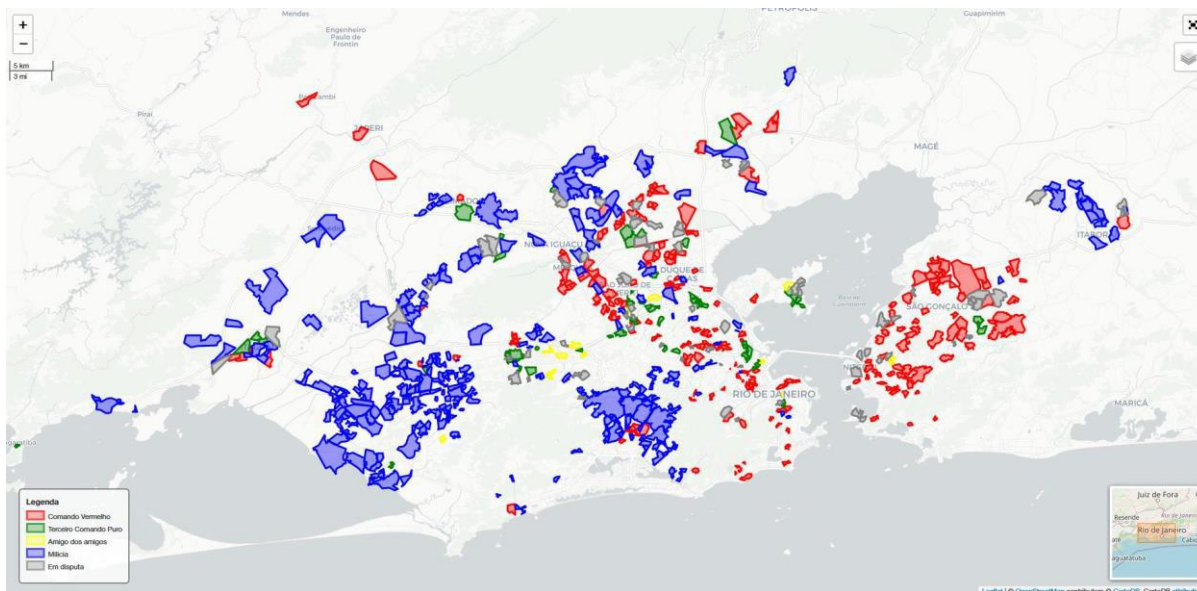
Tabela 3 - Bairros com áreas sob controle de grupos criminosos armados na cidade do Rio de Janeiro e população correspondente - 2019 (em valores absolutos)

Organização	Número de bairros	População
Milícia	41	2.178.620
Comando Vermelho	39	1.198.691
Terceiro Comando	13	337.298
Amigos dos Amigos	3	48.218
Total	96	3.762.827

Fonte: Disque-Denúncia, Fogo Cruzado, GENI-UFF, NEV-USP e Pista News

Desenvolvendo-se inicialmente sobretudo na Zona Oeste do Rio, as milícias hoje, como mostra o mapa abaixo, estão presentes em toda a Região Metropolitana, em áreas pobres ou de classe média, tanto em favelas quanto no “asfalto”.

Figura 2 - Distribuição de grupos criminosos armados no Estado do Rio de Janeiro em 2019



Fonte: Fogo Cruzado, GENI-UFF, NEV-USP e Pista News. Disponível em: <https://geni.uff.br/2021/03/26/mapa-dos-grupos-armados/>

O mercado de segurança em locais com políticas de habitação, como o Minha Casa Minha Vida (MCMV) constitui um dos negócios mais rentáveis para a milícia e seus sócios (Araújo, 2019, p. 54). A partir do domínio desses territórios, os milicianos

monopolizam uma volumosa rede de venda e locação de imóveis, com a cobrança de taxas de administração cujos percentuais variam entre 10% e 50% sobre os valores obtidos em cada transação (Hirata *et al.*, 2021, p.24).

Em relação às organizações do tráfico, as milícias têm maior quantidade e capilaridade de apoios no poder público do estado, o que torna também maior sua capacidade de controlar não só economicamente, mas também política e eleitoralmente, os territórios sob seu domínio. Seja elegendo seus próprios candidatos ao legislativo estadual ou às câmaras municipais, seja auxiliando a eleger parlamentares, prefeitos e governantes favoráveis aos seus interesses, os grupos milicianos têm consolidado crescentemente o seu poder político no Rio de Janeiro. Desse modo, conseguem não só influenciar o voto de parte considerável da população, mas também interferir em investigações sobre seus crimes, mesmo os de grande repercussão, como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes em 2018 (Rocha, 2020, p.3).

Vistos alguns aspectos das principais estruturas do crime baseado em controle de territórios no Rio de Janeiro e de sua evolução ao longo do tempo, é importante trazer à tona tanto os conflitos e acordos de cooperação entre grupos de traficantes e milicianos quanto a questão da corrupção do poder público, que garante, no fim das contas, a continuidade dessa economia ilegal (Manso, 2019, p. 226).⁸

2.3 Conflitos, acordos e o papel da corrupção

Com objetivo de conquistar novos territórios, traficantes de diferentes facções ou milicianos entram constantemente em conflitos armados, o que por sua vez gera um aumento nas taxas de homicídios no interior e no entorno das áreas em disputa (Barcellos e Zaluar, 2014, p. 101).

Por outro lado, a cena criminosa se profissionaliza e prospera quando seus atores conseguem reduzir os custos dos negócios pela redução da violência (Manso, 2019, p.226). À medida que o mercado se expande, alianças antes improváveis passam a acontecer, uma vez que a maximização do lucro e a redução dos danos interessa a ambas as partes (*idem*, 2019, p.226).

⁸ Outro arranjo criminal mais antigo, característico do Rio de Janeiro e também territorializado, é o jogo do bicho, que continua operando e gerando altos ganhos e numerosos empregos ilegais. Ver, a propósito, Freire (2019).

Nos últimos anos, os consórcios entre traficantes e milicianos têm-se intensificado de maneira expressiva no ERJ. Segundo relatório do Ministério Público do Estado do Rio, intitulado “Narcomilícias”, esse novo movimento controla cerca de 180 localidades no estado e interrelaciona as atividades dos dois tipos de grupos, combinando exploração ilegal de serviços, cobrança de taxas de segurança e “bocas” vendedoras de substâncias ilícitas (Rodrigues, 2021, s.d.).

É importante lembrar que, de início, as milícias se apresentavam (e se legitimavam junto à população das localidades dominadas) como “defesa comunitária” contra o tráfico de drogas. Confrontos violentos marcaram por certo tempo a disputa territorial entre grupos de milicianos e de traficantes, mas, com o passar dos anos, os interesses em muitos casos convergiram e a disputa se converteu em acordo (Cano e Duarte, 2012, p.13).

Tanto para as milícias como para o tráfico, em especial para o Terceiro Comando, havia muito a ganhar com a construção de consórcios. Por um lado, a fragilização de alguns grupos derivada da CPI das Milícias e, por outro, o avanço das UPPs quase sempre em áreas dominadas pelo Comando Vermelho abriram oportunidades de cooperação entre milicianos e o TC para expandir seus territórios e reduzir custos em detrimento do inimigo comum, o CV (Manso, 2019, p.227).

Como resultado, além da dinamização do crime local, tais parcerias ampliaram a capacidade tática e operacional para o sucesso de invasões de territórios controlados por grupos rivais: entre outros recursos, foram incorporados drones, coletes à prova de balas, uniformes militares e rádios de comunicação, além do aprendizado, por parte dos milicianos, da experiência de integrantes do Terceiro Comando em invadir comunidades sob o domínio do Comando Vermelho (*idem*, 2019, p.227)

Outro aspecto central para se entender a economia fluminense do crime é o alto nível de corrupção nas instituições públicas do estado, em particular nas da área de segurança - fator que, direta ou indiretamente, sustenta as organizações criminosas e garante sua disseminação. As relações entre policiais e cidadãos são tradicionalmente atravessadas por diversas formas de corrupção, que vão desde dinheiro arrecadado para liberação de veículos irregulares até negociações com grupos criminosos, sejam traficantes, bicheiros ou milicianos, para permitir a execução de suas atividades e extrair rendimentos delas (Nascimento 2011, p. 59). Como foi mencionado no Capítulo 1, em certos períodos,

como nos governos do casal Garotinho, ficou explícita a existência de um grande esquema de arrecadação de propinas e “arregos” com o tráfico de drogas, envolvendo não só policiais militares de ponta, mas também delegados de polícia e parlamentares (Ramos, 2016, p. 12).

É comum atribuir-se a corrupção nas polícias em razão dos baixos salários e à pouca valorização profissional dos agentes, o que os condenaria ao envolvimento ilegal com a segurança privada (Soares, 2010, p.92) e com a criminalidade. Insiste-se também, em apontar – tanto para o caso da corrupção como para o da altíssima letalidade das ações policiais – a ausência de um controle interno e externo efetivo dessas ações, assim como a fragmentação das informações que dificultam a investigação e o enfrentamento dos problemas institucionais (Nascimento, 2011, p. 60).

Mas, embora importantes, essas considerações parecem insuficientes para visualizar o tamanho e a gravidade do problema trazido com a expansão das milícias no Rio de Janeiro, uma vez que a ação de instituições públicas passa a confundir-se cada vez mais com os interesses desses grupos. Como concluiu recentemente um estudo da Rede Fluminense de Pesquisadores sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos:

“[...] essa nova configuração apresenta um cenário muito mais desafiador para o Estado e para a segurança pública do que fora aquele caracterizado por grupos de traficantes do varejo. Pois agora não se tem mais como trabalhar com a abordagem simplificadora e falaciosa de que o “inimigo” está nas favelas; pois ele está infiltrado no Estado, nas suas estruturas de poder, ao mesmo tempo em que se apresenta como protagonista no mercado político. É também um novo tipo de empresário, cujo mercado é tudo que puder ser consumido por moradores de favelas e subúrbios; um agente da mercantilização da vida popular. Sem regulação e sem limite, tende a corromper todas as estruturas. É sem dúvida o maior desafio ao estado de direito, à república e à democracia no país.” (Rede Fluminense, 2021, p.3).

Conclusão

O trabalho procurou mostrar como a economia política do crime no Estado do Rio de Janeiro complexificou-se ao longo das últimas décadas e como as políticas de segurança sucessivamente adotadas têm sido incapazes de desarticular os fatores estruturais que sustentam essa economia.

Hoje, 57% dos bairros no município do Rio contêm territórios sob domínio de grupos armados - milícias e facções do tráfico de drogas -, que se mostram cada vez mais potentes, com técnicas mais sofisticadas e capazes de adaptar-se às mudanças transcorridas nos últimos anos. A expansão das milícias, sua influência crescente no sistema político e os consórcios lucrativos que elas vêm estabelecendo com segmentos do tráfico tornam os arranjos organizacionais do crime cada vez mais fortalecidos e mais enraizados nas próprias instituições que deveriam combatê-los.

As políticas de segurança têm-se concentrado essencialmente em reprimir o varejo do tráfico de drogas em favelas e periferias, quase sempre por meio de confrontos armados que produzem altos índices de letalidade policial. O alvo prioritário não são as redes atacadistas de distribuição de drogas e armas, nem os braços políticos e financeiros do crime, nem tampouco a corrupção institucional, mas sim jovens pobres, sem acesso a oportunidades, que, frente às dificuldades econômicas e ao ambiente em que vivem, ingressam no varejo do tráfico, terminando muitas vezes presos ou mortos.

Além de ineficazes na redução sustentável da criminalidade e além de socialmente enviesadas, tais políticas são ineficientes do ponto de vista econômico. O gasto público em segurança aumentou significativamente ao longo dos últimos 20 anos, mas os resultados não acompanharam a despesa, que se concentrou em custear o aumento do efetivo policial e dos equipamentos de confronto, enquanto o investimento em subfunções como inteligência e informação – fundamentais para o planejamento estratégico, a gestão de metas, o monitoramento das ações, a avaliação dos resultados e a desarticulação de redes criminosas – foi praticamente inexistente no período.

Alguns programas mais progressistas para lidar com a criminalidade chegaram a ser iniciados, como os projetos multisetoriais de Leonel Brizola, a tentativa de modernização das instituições de segurança no começo do governo Garotinho e as UPPs, combinadas ao sistema de metas, na gestão de Sérgio Cabral. As duas últimas

iniciativas tiveram resultados imediatos promissores na redução da violência, inclusive da letalidade policial, mas não duraram o suficiente para gerar frutos de longo prazo.

O desafio de superar o grave cenário da criminalidade violenta no Rio de Janeiro só vem aumentando e as dificuldades para enfrentá-lo se mostram cada vez maiores. É fundamental, nesse sentido, que estudiosos, especialistas e a sociedade civil em geral se posicionem em favor do redirecionamento das políticas e do gasto público para ações integradas que colaborem efetivamente na mudança contínua e sustentável das condições que alimentam a economia do crime no estado. Esperamos que a análise apresentada neste trabalho contribua um pouco para estimular uma participação mais ampla de economistas no debate sobre o tema.

Referências bibliográficas

ADPF 635: uma dose de reforço necessária. *Rede de Observatórios da Segurança*, 12 de fev. de 2022. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/adpf-635-uma-dose-de-reforco-necessaria/>. Acesso em: 02 de ago. de 2022.

ALVES, J. C. S. Milícias: Mudanças na economia política do crime no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008. Disponível em: http://www.global.org.br/wpcontent/uploads/2009/12/Relatorio_Milicias_completo.pdf

ARAÚJO, M. As obras urbanas, o tráfico de drogas e as milícias: quais são as consequências das interações entre o trabalho social e os mercados ilícitos. *Journal of Illicit Economies and Development*, 1(20), pg. 53-66, 2019. Disponível em: [http://eprints.lse.ac.uk/101076/3/As obras urbanas o tr fico de drogas e as mil cias s quais s o as consequ ncias das intera es entre o trabalho social e os mercados il citos.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/101076/3/As%20obras%20urbanas%20o%20tr%20fico%20de%20drogas%20e%20as%20mil%20cias%20s%20quais%20s%20as%20consequ%20ncias%20das%20intera%20es%20entre%20o%20trabalho%20social%20e%20os%20mercados%20il%20citos.pdf)

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, pg. 135-146, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/fvD3ZxTMx79JzdCxS4rZTSt/?format=pdf&lang=pt>

BARCELLOS, C.; Zaluar, A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Rev Saúde Pública*, 48(1): 94-102, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/J3RVPDrhX8QLnGMSHMfP6cD/?format=pdf&lang=pt>

BIELSCHOWSKY, R.; Mussi, C. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: Bielschowsky, R. (org) Volume 1: Padrões de desenvolvimento Econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Brasília- DF, 2013, pg.137-210. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/PDE_V1_Web_08082014_17244.pdf/f/098f5af4-31be-4e46-a08d-a32c335facdc?version=1.2

BIELSCHOWSKY, R.; Souza, J. A. P., de. Evolução macroeconômica e estratégia de desenvolvimento. pg. 127-178. In: Melo, L. C. P. de; Santos, M. de M; Galvão, A. C. F (org) Projeto Brasil 2003-2010: Trajetórias e Desafios. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Brasília-DF, 2010. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Projeto_Brasil_2003_2010_9553.pdf/f/9b4fd05d-aa22-4090-bb3e-2ea910d05c60?version=1.3

BURGOS, M. B.; Pereira, L. F. A.; Cavalcanti, M.; Brum, M.; Amoroso, M. O efeito UPP na percepção dos moradores de favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 11. pg. 49-98, 2011. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>

CANO, I.; Duarte, T. No sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung, 2012. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/no_sapatinho_lav_hbs1_1.pdf

CANO, I. (org). ‘Os donos do morro’: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Laboratório da Violência – UERJ, 2012. Disponível em: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>

COIMBRA, C. M. B. Mídia e produção de modos de existência. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, v. 17, p. 1-4, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/NyfNcdqHZLwbGqB4J7bRCSp/?format=pdf&lang=pt>

CRUZ NETO, O.; Moreira, M. R; Sucena, L. F. M. Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ds48k/pdf/cruz-9788575415191-05.pdf>

DOWNEY, L. Crianças do Tráfico. Um estudo de caso de crianças em violência. Armada Organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2003. Disponível em: http://necvu.com.br/wp-content/uploads/2020/11/DOWDNEY_Criancas-do-Trafico-2003.pdf

FIRJAN. Rio de Janeiro: *Resultados e Perspectivas para o PIB*. Nota técnica, 2020. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/pib-brasil-e-rio-de-janeiro-resultados-e-projecoes-1.htm>

FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n. 30, pg. 194-222, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/C5zZLV3fMdHxx3XDdSRy9sk/?format=pdf&lang=pt>

FOGO CRUZADO. Relatório Anual Grande Rio, 2021. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/relatorio-anual-grande-rio-2021/>

FREIRE, D. Beasts of Prey or Rational Animals? Private Governance in Brazil’s Jogo do Bicho. *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 4, pg. 230-244, 2019. Disponível em: <https://csgs.kcl.ac.uk/app/uploads/2022/02/0094582x19846519.pdf>

FREIRE, M. Paradigma de segurança no Brasil: Da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2009. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/54/52/93>

GONÇALVES, R. S. As eleições de 2018 no Estado do Rio de Janeiro: crônicas de um desastre político. *Idées d'Amériques*, n. 13, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ideias/5443>

GRILLO, C. C. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmica do comércio ilegal de drogas. *Revista Dilemas*, 2008. Disponível em: http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/02/2008_Grillo_Dilemas_O-Morro-e-a-Pista.pdf

HIRATA, V. H. *et al.* A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2021. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_v1.pdf?dimension1=no&fbclid=IwAR2o-KXcWgiA6BhTcYVshvWorVq0jk7Y21QwUVx7sXfvquSzfqdVb7ERf30

KERSTENETSK, C. L. Sobre a " crise" do estado de bem-estar: retração, transformação fáustica ou o quê? *Dados*, v. 55, pg. 447-485, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/MSMxBZJk9x3RSy3tyFzfDKj/?format=pdf&lang=pt>

LEEDS, E. *Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAGALHÃES, L. E.; Altino, L. Witzel quer usar snipers para abater criminosos com fuzis em favelas. *O Globo*, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/witzel-quer-usar-snipers-para-abater-criminosos-com-fuzis-em-favelas-23199100> Acesso em: 02 de Ago. de 2022.

MANSO, B. P. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2019.

MISSE, M. Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/35957970_Malandros_marginais_e_vagabundos_a_acumulacao_social_da_violencia_no_Rio_de_Janeiro

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Rev. Sociol. Polít.* Curitiba, v. 19, n. 40, pg. 13-25, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/78Yc5DQfpmMV8QGhjTCnkcM/?format=pdf&lang=pt>

MUSUMECI, L. Homicídios no Rio de Janeiro: tragédia em busca de políticas. *Boletim Segurança e Cidadania*, v. 1, n. 2, pg. 1-16, 2002. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2016/03/boletim02.pdf>

MUSUMECI, L. *UPP: Última chamada. Visões e Expectativas dos moradores de Favelas ocupadas pela Polícia Militar na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CESEC, 2017. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2017/09/UPP-moradores-Libro-final.pdf>

MUSUMECI, L. Letalidade policial e pessoas desaparecidas no Estado do Rio de Janeiro, segundo os dados oficiais (2006-2018). Boletim Segurança e Cidadania, n. 26, 2020. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Boletim-26-Letalidade.pdf>

NAPOLIÃO, P.; Menezes, F., Lyra, Diogo. Ganhar a vida, perder a liberdade. Boletim Segurança e Cidadania, n. 25, 2020. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-25-Degase.pdf>

NASCIMENTO, A. A. do. A corrupção policial e seus aspectos morais no contexto do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, Ano 5, n. 9, 2011. Disponível em: [A corrupção policial e seus aspectos morais no contexto do Rio de Janeiro \(forumseguranca.org.br\)](http://forumseguranca.org.br)

PALERMO, L. C. Da “Guerra” no Complexo do Alemão à Ocupação da Favela Santa Marta: aspectos de uma política de segurança pública. *Ilha - Revista de Antropologia*, v. 16, n. 2, pg. 116-145, 2014.

PENNAFORT, R. 'A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo', afirma Wilson Witzel. UOL notícias, 01 de Nov. de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>. Acesso em: 02 de ago. de 2022.

PICANÇO, F. S.; Lopes, N. de O. O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro. *Análise Social*, pg. 96-120, 2016. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_218_art04.pdf

PIERRI, E.; Coelho, H. Cidade Integrada: Castro diz que nenhuma outra comunidade será ocupada até que o programa esteja 100% no Jacarezinho e na Muzema. *GI*, Rio, 22 de Jan. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/22/claudio-castro-detalha-acoes-do-cidade-integrada.ghtml>
Acesso em: 02 de Ago. de 2022.

PINTO, E. C. Estado do Rio de Janeiro em convulsão: economia do petróleo, crise fiscal e avanço das milícias. In: Azevedo, J. S. G. de; Pochman, M (org) Brasil: incertezas e submissão? Editora Perseu Abramo. pg. 339-355, 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-incertezas-e-submissao/>

RAMOS, S. (coord.) *Intervenção federal: um modelo para não copiar*. Rio de Janeiro: CESeC, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QI8bwWWsGllautm_Dz4f-fcF0QwCcQMY/view

RAMOS, S. Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. Boletim de Segurança e Cidadania, n. 21, 2016. Disponível em:

<https://www.ucamcesec.com.br/wpcontent/uploads/2016/03/boletim21violenciaepolicia.pdf>

REDE FLUMINENSE DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS (2021). *Controle territorial armado no Rio de Janeiro*. Nota técnica. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Controle territorial armado no Rio de Janeiro](https://wikifavelas.com.br/index.php/Controle_territorial_armado_no_Rio_de_Janeiro)

ROCHA, L. de M. O que se perde (e o que se ganha) com as milícias. *Jornal dos Economistas*. N° 365, Jan. de 2020. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/30F3D8E920F732B01E2398F1905FAE2D.pdf> Acesso em: 08 de Ago. de 2022.

RODRIGUES, R. I., Armstrong, K. (coord.) *A intervenção federal no Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8695-182358intervenciaofederalrio.pdf>

RODRIGUES, E. Rio-Verão-2014: quando extinguir o Comando Vermelho passa a ser a novíssima solução para a questão da violência urbana carioca (2° parte). *Capitalismo em desencanto*, 28 de Abr. de 2014. Disponível em: [Rio-verão-2014: quando extinguir o Comando Vermelho passa a ser a novíssima solução para a questão da violência urbana carioca \(2ª parte\) | Capitalismo em desencanto \(wordpress.com\)](https://www.wordpress.com/rio-verao-2014-quando-extinguir-o-comando-vermelho-passa-a-ser-a-novissima-solucao-para-a-questao-da-violencia-urbana-carioca-2a-parte/). Acesso em: 08 de Ago. de 2022.

RODRIGUES, E. de O. Necropolítica: uma pequena ressalva crítica à luz das lógicas do ‘arrego’. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* Rio de Janeiro, v.. 14, n. 1 – pg. 189-218, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/NDBSCWrzpTmsHxjpK8MTdsy/?format=pdf&lang=pt>

SABOIA, J.; ROSA, L. G. da; VILLACORTA, V. N.; SOARES, I. Mercado de trabalho e produtividade em tempos de pandemia - 2020/2021. *Texto para Discussão*, n. 9., IE-UFRJ, 2022. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2022/TD_IE_009_2022_SABOIA_ROSA_VILLACORTA_SOARES.pdf

SANTOS, A. M. S. P. Economia fluminense: superando a perda de dinamismo? *Revista Rio de Janeiro*, v. 8, p. 31-58, 2002. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_8/008_031.pdf

SATRIANO, N. Milícia em Santa Cruz, no Rio, tem faturamento de R\$ 300 milhões por ano. *GI*, Rio. 25 de abr. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de->

[janeiro/noticia/milicia-em-santa-cruz-tem-faturamento-de-r-300-milhoes-por-ano.ghtml](#). Acesso em: 02 de Ago. de 2022.

SICONFI. Tesouro Nacional. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf

SILVA, J. de S.; Fernandes, F. L.; Braga, R. W. *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll. pg 16-24, 2008. Diversidade, Rio de Janeiro, PUC, n. 11, ago.-dez. p. 49-98. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2009/12/Relatorio_Milicias_completo.pdf

SILVA NETO, R.; Rocha, M. D. Avaliação dos impactos dos grandes projetos de investimentos na dinâmica do emprego formal no estado do Rio de Janeiro. *Revista Espaço e Economia*, v. 5, 2014. Disponível em: <https://redeprorio.com/2021/09/10/avaliacao-dos-impactos-dos-grandes-projetos-de-investimentos-na-dinamica-do-emprego-formal-no-estado-do-rio-de-janeiro/>

SOARES, L. E. Segurança pública no Brasil contemporâneo. *Nueva Sociedad*. ISSN: 0251-3552, 2010. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/p6-6_1.pdf

SOARES, L. E.; Sento-Sé, J. T. Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2010. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/01-Estado-e-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-no-Rio-de-Janeiro.pdf>

SOUZA, J. A. de *Sociabilidades emergentes – Implicações da dominação de matadores na periferia e traficantes nas favelas*, 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – 2010.

STF mantém proibição de ações policiais em favelas do RJ durante a pandemia de Covid. *G1*, Rio, 05 de ago. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/05/stf-mantem-proibicao-de-aco-es-policiais-em-favelas-do-rj-durante-a-pandemia-de-covid.ghtml>. Acesso em: 02 de ago. de 2022.

UPPs: Projeto bilionário não melhorou dia a dia dos moradores nas comunidades. *Jornal do Brasil*, 22 de ago. de 2017. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/08/22/upps-projeto-bilionario-nao-melhorou-dia-a-dia-dos-moradores-nas-comunidades.html>. Acesso em: 02 de ago. de 2022.

VENTURA, Z. *Cidade partida*. Rio de Janeiro, Cia. das Letras, 1994.

WAISEFILZ, J. J. Os novos padrões da violência homicida no Brasil – Excerto. *Mapa da Violência 2012*. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Sangari, 2012.

ANEXO

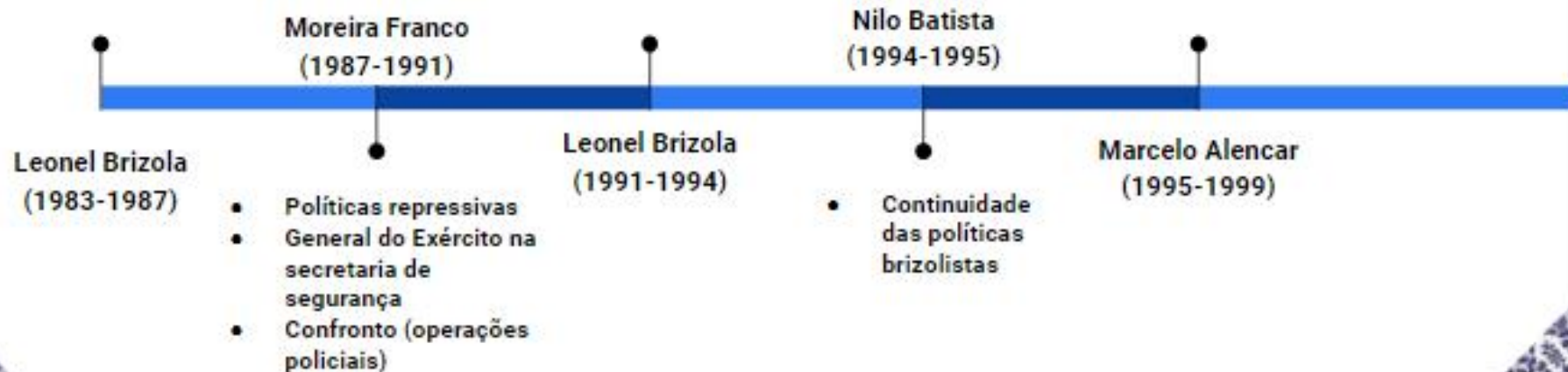


Linha do tempo das políticas de segurança (cap. 1)

- Políticas progressistas (em prol dos + pobres)
- Políticas multissetoriais (Criação dos CIEPs e Cada Família um Lote)

- Retomada das políticas do primeiro mandato

- Retomada de políticas de confronto
- "Gratificação Faroeste"
- Repressão policial



Linha do tempo das políticas de segurança (cap. 1)

